

## Ocupação de espaços públicos pela Cidadania - uma alternativa possível

*Occupation of public spaces for Citizenship – a possible alternative*

*Ocupación de espacios públicos para la Ciudadanía – una alternativa posible*

**Fabiana Cristina Virgílio**

Aluna do Curso de Especialização em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNIVONE  
fabi.virgilio@uni9.edu.br

**Tatiana Tucunduva Phillippi Cortese**

Professora do Programa de Pós Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Uninove  
Pesquisadora do Centro de Síntese USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados  
tatianatpc@uni9.pro.br

## RESUMO

Quando dirigir o olhar a um espaço em degradação permanente, muda a tônica ditada pela contemporaneidade e o quanto exercer o sentimento de pertença auxilia na legitimação da palavra CIDADANIA. A situação da Praça das Bandeiras era mais uma na história das cidades contemporâneas, quando a violência urbana se aproxima e utiliza os espaços públicos para trazer insegurança e desmobilizar a verdadeira vocação de uma praça, que é encontro e convivência. Para reverter esse processo de degradação, a sociedade civil organizada se reúne em uma Associação para ocupar culturalmente a praça e reavivar a vocação desse espaço tornando possível a democratização da cultura com: Sessões de Cinema, poesia/ saraus, teatro, música... transformando o espaço que antes era tomado pelo tráfico de drogas em música ao pôr do sol aos domingos, espetáculos de teatro de Rua, em Saraus de poesia, jogos culturais, árvores de livros (para a sociedade levar para a casa), Geladeiroteca, festivais de música e muito mais. Invocando o sentimento de pertencimento para a transformação de um território, pelo foco da cultura e do exercício da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupação de Espaços Públicos. Pertencimento. Cidadania. Araraquara.

## ABSTRACT

*When looking at a space in permanent degradation, the tonic dictated by contemporaneity changes and the extent to which the feeling of belonging helps to legitimize the word CITIZENSHIP. The situation of Praça das Bandeiras was one more in the history of contemporary cities, when urban violence approaches and uses public spaces to bring insecurity and demobilize the true vocation of a square, which is meeting and coexistence. To reverse this process of degradation, organized civil society meets in an Association to culturally occupy the square and revive the vocation of this space, making possible the democratization of culture with: Film sessions, poetry / soirees, theater, music... the space that used to be taken over by drug trafficking in music at sunset on Sundays, street theater shows, in poetry soirees, cultural games, book trees (for society to take home), Geladeiroteca, festivals of music and much more. Invoking the feeling of belonging for the transformation of a territory, through the focus of culture and the exercise of citizenship.*

**KEYWORDS:** Public Space Occupation. Belonging. Citizenship. Araraquara.

## RESUMEN

*Al mirar un espacio en permanente degradación, la tónica dictada por la contemporaneidad cambia y cuanto ejercitar el sentimiento de pertenencia ayuda en la legitimación de la palabra CIUDADANÍA. La situación de la Praça das Bandeiras fue una más en la historia de las ciudades contemporáneas, cuando la violencia urbana se acerca y utiliza los espacios públicos para traer inseguridad y desmobilizar la verdadera vocación de una plaza, que es el encuentro y la convivencia. Para revertir este proceso de degradación, la sociedad civil organizada se reúne en una Asociación para ocupar culturalmente la plaza y reavivar la vocación de este espacio, posibilitando la democratización de la cultura con: Sesiones de cine, poesía/velas, teatro, música... el espacio que antes se apoderaba del narcotráfico en la música de los atardeceres de los domingos, los espectáculos de teatro callejero, en las veladas poéticas, los juegos culturales, los árboles de libros (para llevar a la sociedad), la Geladeiroteca, los festivales de música y mucho más. Invocando el sentimiento de pertenencia para la transformación de un territorio, a través del enfoque de la cultura y el ejercicio de la ciudadanía.*

**PALABRAS CLAVE:** Ocupación de espacios públicos. Pertenencia. Ciudadanía. Araraquara.

## 1 ARARAQUARA: PONTO DE PARTIDA

As cidades se desenvolveram num ritmo desenfreado. Seus fluxos inicialmente se originam do marco zero, geralmente com uma capela fixada e, então, o adensamento populacional circundando esse marco. Com Araraquara não foi diferente, os “campos de Araraquara”, como era popularmente chamada a região no século XIX, foi fundada oficialmente em 22 de agosto de 1817, desenvolvendo-se de maneira comum a uma cidade Colonial, com a utilização de mão de obra escravizada e a doação de sesmaria para oficializar a posse dos posseiros que aqui se encontravam. Constitua-se de uma região fértil e que tinha em suas lides originárias os agricultores e pastores:

Originalmente, a região era habitada pelos índios guaianás. O fundador de Araraquara, Pedro José Neto, nasceu no ano de 1760 em Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, no Bispado do Rio de Janeiro. Em 1780, com vinte anos de idade, mudou-se para a freguesia de Piedade da Borda do Campo, hoje Barbacena, em Minas Gerais. Nessa freguesia, a 12 de Agosto de 1784, casou-se com Ignácia Maria, também fluminense. Teve, com ela, dois filhos: José da Silva Neto e Joaquim Ferreira Neto, que faleceram em Araraquara. Em 1787, Pedro José Neto e sua família mudaram-se para Itu, em São Paulo. Em 1790 (ou 1807), devido a problemas políticos locais, a Justiça de Itu, por seu capitão-mor Vicente Taques Góis e Aranha, condenou-o ao desterro na freguesia de Piracicaba, em São Paulo, tendo ele conseguido fugir para os Campos de Araraquara. Com seus filhos, construiu uma capelinha dedicada a São Bento (padroeiro) nos Campos de Aracoara (lugar onde mora a luz do dia, a "Morada do Sol"), na região habitada pelos indígenas da tribo Guayanás. Fixando-se nos Campos de Araraquara, estabeleceu posse das regiões do Ouro, Rancho Queimado, Cruzes, Lageado, Cambuy, Bonfim e Monte Alegre. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2022)

Jacinto Ribeiro, em sua “Cronologia Paulista”, escreve: “Araraquara, florescente vila, situada abaixo da embocadura do rio Piracicaba, no Tietê, e fundada por aventureiros no século passado e que aí se estabeleceram em busca de minas de ouro”. (RIBEIRO, 1899, n. p. apud LEMOS, 1972, p. 23)

Transcrevo a fala de Jacinto (1899, apud Lemos, 1972), pois para quem tem paixão por Araraquara, sabe exatamente o significado da palavra “florescente vila”. Araraquara é uma cidade amarela. Amarela dos raios do sol. Amarela de um pôr-do-sol espetaculoso. Amarela dos Ipês. Amarela da alegria. Araraquara significa Morada do Sol, lugar onde o sol mora. E é dessa cidade que nasce todo o sentimento de pertencimento que muitos têm por ela, ao ponto de raiz fincar.

Segundo o “Dicionário dos Direitos Humanos”:

Pertencimento, ou o sentimento de pertencimento é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode fazer destacar características culturais e raciais”. (MAGALHÃES et al., 2021, p. 328)

O sentimento de pertencimento sobre um território tem sido a máxima responsável pelas transformações existentes na sociedade, e é exatamente esse o sentimento que move as

nações. Em seu artigo, “O comum mediático e o pertencimento nas práticas de recepção em comunicação”, o professor de comunicação, Mauro Wilton de Sousa, diz:

Se o tema do pertencimento se vincula ao de comunidade, hoje ambos são retomados em bases ampliadas de significação e tomam características novas na relação assumida desde décadas passadas na distinção entre comunidade e sociedade. Na verdade, comunidade e sociedade dicotomizaram em décadas recentes formas históricas distintas de compreensão dos processos de socialização, atribuindo-se à primeira a significação nas formas de organização imediata e visível da vida social e cultural e, à segunda, a relação mesmo com a racionalidade que sustenta a estrutura da sociedade. (DE SOUSA, 2003, p. 35)

Assim como o professor, entendemos que o sentimento de pertencimento é matriz propulsora para as transformações reais nas cidades e para vivermos melhor em comunidade, são energias que sustentam a estrutura da sociedade.

E é sobre essa égide que devemos alicerçar nossas ações, quando pensamos sobre Cidades Inteligentes e Sustentáveis (CIS), não podendo reduzi-las somente ao âmbito da tecnologia, pois nem sempre uma “CIS” tecnológica é inteligente, tendo em vista que, muitas vezes, descartamos o maior sentimento que ela proporciona, que é o da pertença, e esse sentimento só ocorre com as pessoas, e não com a tecnologia.

## 1.1 Mudanças nos hábitos das cidades

Em pleno século XXI, e com a extinção de funções como jardineiro e zelador de praças, elas tornaram-se responsáveis por boa parte das reclamações no serviço público. Passaram a serem vistas como “problemas sociais” e não mais como espaços de convívio e de respiro do bem-estar das cidades.

Sua paisagem passou de alívio para a rotina do dia a dia, para a sensação de insegurança. Municípios chegaram a ventilar a necessidade de supressão de praças públicas, para instalação de novos condomínios verticais, em total desarmonia com os princípios orientadores das cidades.

Inverter essa lógica de pensamento é determinante para as cidades, tendo em vista o grande adensamento populacional e os escassos espaços de lazer e bem-estar para as comunidades. Uma cidade não deve ser só de reprodução do modo de produção capitalista, mas deve também ser uma cidade de fruição de nossas existências.

Milton Santos (1993, p. 111) diz: “o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como um processo contraditório”, ou seja, as cidades podem e devem ser bem mais que isso tudo do qual hoje elas vocacionam.

As cidades merecem e devem ser inclusivas, de integração e de pertencimento de todas as pessoas. As ocupações dos espaços públicos são instrumentos de otimização das existências coletivas, diversas e solidárias e devem ser potencializadas.

## 1.2 Um recorte

Araraquara, ano de 2010, um dos bares mais tradicionais da cidade coloca uma placa de vende-se! Há comoção! Esse bar é o segundo mais antigo da cidade. Diversas gerações por

ali convivem, esse bar é o Bar do Zinho! Um espaço que, para além do convívio existente num bar tradicional, é um núcleo alternativo da cidade. Diversas tribos são frequentadoras assíduas desse estabelecimento, é o *Moulin Rouge* araraquarense, o *Brauhaus Sion* tropical, é o local de encontro dos divergentes, dos políticos, dos artistas, dos boêmios, dos excluídos, dos românticos...é o terreno fértil, nos lembra a passagem de Janet Jacobs, que diz assim: "...a partir do meio da tarde, o bar ganha uma vida diferente, que faz lembrar uma mistura de bate papo de universitários regado a cerveja com coquetel literário..." (JACOBS, 2009, p. 42)

Sua grande diferença, é que ele fica de frente a uma das praças mais charmosas de Araraquara, a Praça das Bandeiras, uma praça pequenina e convidativa para os transeuntes. Portanto, em nenhum outro lugar da cidade, há um bar tão importante para a história da cidade, que tem em sua vista, uma Praça estilo jardim, que melhora o ambiente e equilibra o espaço.

Esse território tornou-se sagrado para diversas gerações, porém, havia uma ameaça contemporânea, pois ele, assim como outras, tornou-se ponto de tráfico de drogas, gerando diversos desconfortos para os frequentadores, para a vizinhança e consequência para o bar. A memória afetiva de décadas de conversas e músicas, havia dado espaço para *blitz* policiais com armamento pesado, brigas de território entre traficantes e as consequências drásticas da violência urbana, do qual temos grande preocupação, violência essa que aumenta significativamente, a partir das décadas de 80 e 90, as conhecidas por décadas perdidas. Em seu livro "Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana", Ermínia Maricato escreve:

A violência social sempre foi característica das zonas rurais, consideradas atrasadas diante do universo urbano, que se pretende moderno. Dadas suas dimensões, trata-se de um fenômeno inédito na sociedade brasileira e desconhecida anteriormente aos anos 80. É justamente no início dessa década que ele ganha expressão significativa, coincidindo com o primeiro impacto recessivo das décadas perdidas". (MARICATO, 2001, p 31)

A placa de vende-se, no bar, significava a falência da segurança pública, mas antes disso, significava a falência humana, sobre um efeito devastador da crise humanitária que se prostrava aos olhos nus da sociedade. Para enfrentar tal situação, haviam duas alternativas: 1º) concluir a venda do bar e sofrer as consequências de se ter mais um espaço afetivo devastado da história da cidade, restando só a memória a ser contada por tradição oral; 2º) ou a junção das pessoas para tornar esse território referência em democratização da cultura. Graças a organização da comunidade, houve a opção pela segunda alternativa, pois o sentimento de pertencimento foi imperativo sobre o tema.

### 1.3 O renascimento vocacional

"Cidades cheias de vida têm essa maravilhosa habilidade, inata, de compreender, de comunicar, de concatenar e inventar o que será necessário para combater suas dificuldades." (JACOBS, 2009, p. 42)

Para a saída do *status quo*, foi necessário o desprendimento de tudo que o grupo havia concebido, sobre o que é espaço público e sobre quais eram as responsabilidades da sociedade civil sobre esse espaço. Vivemos uma sociedade em que há a cultura da qual o Poder Executivo detém, exclusivamente, a responsabilidade sobre o bem público, pois raras são as manifestações

de vontade da sociedade para compreender que é tão responsável quanto, ainda faltando o “grande chamado” para que se exerça o sentimento de pertença sobre o território público.

Foi o sentimento de indignação, sobre ver algo tão precioso quanto a praça ruir, que fez surgir dentro das pessoas, que ali conviviam e se harmonizavam, o sentimento de pertença, o sentimento de se reapropriar daquele espaço, que também eram deles. Foi assim que frequentadores do Bar do Zinho, vizinhos, proprietário do estabelecimento e agregados, criaram a Associação dos Amigos da Praça das Bandeiras, com o intuito de ocupar a Praça com atividades culturais, bem-estar e feiras, potencializando a rede de economia solidária e criativa, e democratizando o acesso à cultura, como forma de contrapor a truculência ofertada pelo Estado, que se manifestava em forma de *blitz* e sucessivas abordagens policiais vexatórias, que fizeram com que uma grande parcela das pessoas da cidade, vissem o território como perigoso, criando ojeriza pelo espaço, mudando até rotas, para não ver o que ali acontecia. Desse modo, ressignificar aquele espaço familiar e afetivo era determinante.

No Butão, país que instituiu a Felicidade Interna Bruta (F.I.B), percebeu que a vitalidade comunitária é determinante para se constituir o sentimento de felicidade, inclusive o tornou um indicador para se medir a felicidade interna (GARCIA, 2020). Natália Fontes Garcia escreve em seu livro “Sete Dias no Butão: o que aprendi sobre felicidade”, que:

[...] vitalidade comunitária – que talvez possamos chamar de vizinhança. Entram aí não só a segurança das ruas com também os encontros e laços entre as pessoas que moram e trabalham perto uma das outras e a harmonia das famílias. (GARCIA, 2020, p 48)

E é dentro desta perspectiva de valorização da vitalidade comunitária, da felicidade de se renascer dentro de um território que foi difamado, ultrajado, abandonado, do reavivamento do sentimento de pertença, é reapropriado, e com o intuito de potencializá-la, que a associação toma para si a responsabilidade de ocupar o espaço, como uma resposta positiva de que sim, por meio da cultura é possível inverter a ordem das coisas.

Alicerçados em Jane Jacobs (2009) e seus ensinamentos sobre uma cidade que valoriza as pessoas e não edifícios, a Associação começa a organizar eventos, como cinema, poesia, teatro, música e, aos poucos, o movimento da Praça das Bandeiras começa a ser outro, não mais do submundo de acesso às drogas, mas do mundo possível de convívio social e democratização da cultura.

Sai de cena a degradação do consumo de drogas e entra em cena a música ao pôr do sol aos domingos, os espetáculos de teatro de rua, os saraus de poesia, os jogos culturais, as árvores de livros (para a sociedade levar para a casa), os festivais de música e até uma biblioteca comunitária, chamada “Geladeiroteca”, que ficou instalada por 5 (cinco) anos na praça, proporcionando um espaço de acesso a livros de maneira gratuita e sem controle burocrático, “livros livres”. Há uma frase inspiradora de Janet Jacobs (2009, p. 42), que diz assim: “Não há lógica que possa ser sobreposta na cidade; as pessoas fazem isso, e é para eles, não edifícios, que devemos encaixar nossos planos.”

Ou seja, compreende-se que são nas pessoas que as cidades devem encaixar seus planos, mesmo que a violência urbana tenha tentado impor sua máxima de degradação territorial, foi o afeto e o sentimento de pertença que reavivou a real vocação de uma praça: o convívio, o encontro, o diálogo.

É importante lembrar que as Ágoras Gregas eram espaços abertos de participação e discussão de vida em sociedade na Grécia antiga. Espaços esses de convívio e comunhão. Na história, as Ágoras foram nossas primeiras praças públicas. E o século XXI nos impõem a máxima de desgostar desses espaços, pois se tornaram ociosos e “nocivos” aos olhos da sociedade. Mas é preciso que as pessoas se motivem para reapropriar esses espaços e requalificá-los, tal como fez a Associação dos Amigos da Praça das Bandeiras.

A Praça das Bandeiras passou a ter outras características e agora ela é agregadora e polivalente. Começa a ser referência, ponto de encontro para as famílias, que agora vão para a praça para contemplar um *show*, ou um espetáculo de teatro, alguma linguagem artística que goste ou a represente. Esse movimento começa a ser respaldado pela imprensa local e, em seu editorial “Questão de Boa Vontade”, publicado pelo extinto jornal Tribuna Imprensa, em 26 de novembro de 2011, diz:

No final de abril de 2010, a Tribuna noticiou que a Praça das bandeiras, no centro de Araraquara, havia se tornado uma cracolândia, com direito a drive-thru de drogas. As blitzes da polícia amenizavam temporariamente o problema, sem resolvê-lo. Incomodados com a situação, frequentadores do bar ao lado e moradores próximos resolveram formar a Associação dos Amigos da praça das bandeiras, com intuito de fazer uma “ocupação cultural” do espaço e assim, banir a criminalidade. A Prefeitura abraçou a ideia e, acertadamente, permitiu os eventos e melhorou a iluminação do local.

Deu certo. Saíram crack, cocaína e maconha e entraram música ao vivo, feirinha de barganha e jogo cultural. (QUESTÃO, 2011, p. A4)

Em 09 de janeiro de 2013, a Praça das Bandeiras é citada no editorial “Oficinas do Diabo”, do extinto Jornal Tribuna Imprensa, da cidade de Araraquara:

Outras praças do município, tanto na área central quanto na periferia, enfrentam situações semelhantes, o que afasta as famílias desses locais criados justamente para a convivência. Por outro lado, há exemplos positivos, com a Praça das Bandeiras, prova viva de que é possível mudar a realidade de espaços tomados por traficantes e usuários de drogas. (OFICINAS, 2013, p. A2)

Para sua continuidade, a Associação cria uma agenda própria de democratização da cultura de maneira permanente. Os dias de ocupação cultural, com atividades definidas, são às sextas, sábados e domingos, e com atividades com teto de encerramento sempre entre às 22h e 23h. “Considerar a cultura como sendo do povo permitiria assinalar mais claramente que ela não está simplesmente no povo, mas que é produzida por ele” (OFICINAS, 2013, p. A2)

Como nas cidades nada é unânime, houve algumas movimentações, por parte de uma parcela dos vizinhos, que não queriam barulho e nem aglomerações, onde acionaram o Ministério Público (MP) e tentaram desmobilizar a Associação. Porém, houve a sensibilização tanto do Poder Executivo e Judiciário quanto da sociedade, em dar respaldo para a continuidade das atividades.

## 1.4 Política do afeto que afeta a comunidade

A Associação foi pioneira no exercício do sentimento de pertencimento sobre um bem público na cidade de Araraquara. Ela é um ser político. Quando trazíamos a discussão sobre o

Direito à Cidade, sem ao menos saber ao que se referia este conceito, a Associação desbravava um novo marco na sociedade araraquarense: o afeto ao território, que afeta a toda comunidade. O livro “Cidadania Afetiva”, de Maíra Lopes e Danilo Forlini diz:

Para usufruir do bem-estar promovido pela comunidade precisamos estreitar nossos vínculos humanos. Precisamos nos lembrar que todo e qualquer ser humano tem limite, tem fraquezas, e tem falhas ao mesmo tempo em que tem sucessos, acertos e potências”. (LOPES; FORLINI, 2021, p. 55)

É imperativo que a Associação se consolidou como um instrumento de ocupação de espaços públicos e valorização daquilo que acreditamos como elementos potencializadores de existência, com princípios que direcionam nossas humanidades, tais como foi escrito pelo Plano Municipal de Ocupação de Espaços Públicos, da cidade de São Paulo:

As políticas afirmativas atuam de forma preventiva, em favor de indivíduos que, por seu pertencimento étnico, racial, religioso, de gênero, de classe ou de casta, têm alto potencial para serem discriminados e vulnerabilizados. Assim, elas possuem um efeito tanto de prevenção, como de reparação histórica. (MAGALHÃES et al., 2021, pg 396)

Araraquara é uma cidade servida por 106 praças públicas, 45 áreas de lazer e campos de futebol, além de 3 complexos esportivos de grande porte. É uma cidade pulsante e que segue a tônica das cidades médias com alto Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH), favorecendo, assim, o aumento populacional.

Jane Jacobs (2009, p. 5) diz que: “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso” e, dentro dessa premissa, com o alto potencial existente em Araraquara, a Praça das Bandeiras é, sem dúvida, o exemplo de que o sucesso de uma cidade pode começar de maneira pequena, numa junção de seis pessoas afins, que ao invés de mudarem a rota de suas travessias, chamam para si a responsabilidade sobre um bem e, nesse bem, ergue-se a nova tônica da democracia, reurbanizando, revitalizando e oferecendo o que de melhor existe nas cidades, que são as pessoas e para as pessoas.

Figura 1 – Compilado de atividades para a campanha criada para o apoio popular para a manutenção das atividades da Praça



Fonte: Facebook (#EuOcupo, 2015)

Figura 2 - Mostra de Cultura Japonesa



Fonte: Facebook (2015)

Figura 3 - Festival Melhores Filmes parceria com Sesc Araraquara



Fonte: Facebook (2013)

Figura 4 - Dia do Folclore



Fonte: Facebook (2014)

## 2 CONCLUSÃO

As cidades vêm se desenvolvendo em ritmos desenfreados, segregando mais que agregando. Feudos modernos e condomínios fechados são repletos de câmeras e de espaços de convívio internos.

Com esse novo movimento das cidades, o que podemos chamar até de novo êxodo urbano, pós-moderno, as áreas de convivência central têm sido tomadas pela violência urbana, não mais fazendo uso de suas criações originárias.

Nesse sentido, o processo de ocupação do espaço público, organizado e gestado pela Associação Amigos da Praça das Bandeiras, reinaugura essa discussão na cidade. Se apropriando e mostrando que pode dar certo reviver a vocação das praças públicas, para se sejam espaços de convivência, mas também de democratização da arte.

As cidades por si, não precisam, necessariamente, serem cidades só de passagens, mas devem vocacionar para vitalidade, contemplação e difusão de conhecimento e de arte. Então, compreendemos que a Praça das Bandeiras é só a primeira a visitar sua vocação e potencializá-la, mas há, ainda, uma infinidade de possibilidades quando se permite ao chamado do PERTENCER.

Ocupar e resistir.

Ocupar e Culturar.

Ocupar e valorizar!

Política de afeto para afetar.

### 3 REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **A Cidade**, 2022. Disponível em: <<https://www.camara-arq.sp.gov.br/Pagina/Listar/886>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

EXEMPLO de cidadania. **Tribuna Impressa**, Araraquara, 2 out. 2011. Opinião.

FORLINI, Danilo; LOPES, Maira. **Cidadania Afetiva: ensaios para uma Cultura Democrática Sensível**. São Paulo/SP: Editora Dialética: 2021, 152 pp.

GARCIA, Natália Fontes. **Sete Dias no Botão: o que aprendi sobre felicidade**. 1ª Edição. Rio de Janeiro/ RJ: Bambual Editora: 2020, 88 pp.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades**. 2ª Edição. São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes: 2009, 532 pp.

LEMOS, Alberto. **História de Araraquara**. Edição do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria: Araraquara, 1972, 270 pp.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros et al. (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, 573 pp. Disponível em: <[https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5359/1/CAP%C3%83%EF%BF%BDTULO\\_DE\\_LIVRO\\_2021\\_323\\_-\\_Dicion%C3%83%C2%A1rio\\_de\\_Direitos\\_Humanos.pdf](https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5359/1/CAP%C3%83%EF%BF%BDTULO_DE_LIVRO_2021_323_-_Dicion%C3%83%C2%A1rio_de_Direitos_Humanos.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes: 2001, 280 pp.

OFICINAS do diabo. **Tribuna Impressa**, Araraquara, 9 jan. 2013. Opinião.

QUESTÃO de boa vontade. **Tribuna Impressa**, Araraquara, 26 nov. 2011. Opinião.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, 157 pp.

SOUZA, Mauro Wilton. O comum mediático e o pertencimento nas práticas de recepção em comunicação. **Revista Novos Olhares**, São Paulo –SP. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/276647506\\_O\\_comum\\_mediatico\\_e\\_o\\_pertencimento\\_nas\\_praticas\\_de\\_recepcao\\_em\\_comunicacao](https://www.researchgate.net/publication/276647506_O_comum_mediatico_e_o_pertencimento_nas_praticas_de_recepcao_em_comunicacao)>. Acesso em: 15 ago. 2022.